

Assembleia Municipal de Lisboa

**COMISSÃO PERMANENTE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO, REABILITAÇÃO
URBANA, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL****Proposta de Parecer da Proposta nº798/2015**

Aprovar a proposta de estabelecimento de Medidas Preventivas em área adjacente ao Museu Nacional de Arte Antiga por motivo da elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana das Janelas Verdes, para efeitos de envio à Assembleia Municipal.

I

1 - A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, através da Deliberação n.º 570/CM/2015, na sua reunião pública realizada em 30 de setembro de 2015, a proposta de estabelecimento de Medidas Preventivas em área adjacente ao Museu Nacional de Arte Antiga, por motivo da elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana das Janelas Verdes, para efeitos de envio à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT);

2- As medidas preventivas em questão são estabelecidas para assegurar a ampliação e reabilitação do Museu Nacional de Arte Antiga e a requalificação da sua envolvente. A reabilitação e ampliação permitirão ao Museu dispor de uma estrutura que, valorizando o património arquitectónico da cidade, permitirá continuar o movimento iniciado de expansão da projecção cultural no plano nacional.

Por outro lado, permitirá adequar a sua resposta à procura turística da cidade de Lisboa e contribuir para o aumento do suporte às actividades económicas locais e para a sustentabilidade territorial, em termos económicos, sociais e culturais promovendo a revitalização e vivificação de toda a área envolvente. Considera-se que existe manifesto interesse público na urgente dinamização da ampliação e reabilitação do imóvel do Museu Nacional de Arte Antiga e seus acessos, objectivo este inscrito nos Termos de Referência do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana em elaboração.

Com a ampliação e reabilitação do Museu pretende-se criar condições de acessibilidade pela Avenida 24 de Julho em articulação com a Avenida Brasília, com vista a reduzir os constrangimentos existentes para os autocarros turísticos e ainda melhorar o estacionamento dos visitantes.

3 – As medidas preventivas consistem na proibição das acções previstas nas alíneas a) a d) do n.º4 do artigo 134º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, com excepção das intervenções de conservação não sujeitas a controlo administrativo prévio e das intervenções urgentes para a salvaguarda da integridade física e da segurança de pessoas e bens, designadamente por risco de ruína ou ruína iminente de edifícios ou partes de edifícios;

4- Estão excluídas do âmbito da aplicação das presentes medidas preventivas as acções validamente autorizadas antes da sua entrada em vigor, bem como aquelas em relação às quais exista já informação prévia favorável válida;

5 – As presentes medidas preventivas determinam a suspensão da eficácia do Plano Director Municipal de Lisboa em vigor na área delimitada, ao abrigo do n.º2 do artigo 134º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de Maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;

6- Nas intervenções de conservação e nas intervenções urgentes, aplica-se o Plano Director Municipal de Lisboa em vigor;

7 – As medidas preventivas vigoram pelo prazo de dois anos, a contar da sua publicação em Diário da República, prorrogável por mais um, e caducam com a entrada em vigor do Plano de Pormenor de

Reabilitação Urbana das Janelas Verdes ou com a verificação de qualquer outra das causas de cessação de vigência, previstas na lei.



II

1 – A Câmara Municipal de Lisboa, através da Deliberação n.º 570/CM/2015, enviou à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), o pedido de parecer sobre o estabelecimento de Medidas Preventivas em área adjacente ao Museu Nacional de Arte Antiga por motivo da elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana das Janelas Verdes;

2 – Em Novembro de 2015, a CCDR-LVT emitiu parecer favorável ao estabelecimento de medidas preventivas para a área envolvente do Museu Nacional de Arte Antiga, referindo que:

- a) “Estar devidamente enquadrada relativamente ao RJIGT e outras disposições legais e regulamentares;
- b) Destina-se a evitar alterações de circunstâncias e das condições existentes que possam limitar a liberdade de planeamento;
- c) Resulta das MP o cumprimento dos ditames legais quanto aos limites materiais das medidas, à respectiva delimitação territorial em planta e à definição clara do prazo de vigência das mesmas, articulando-se com os respectivos fundamentos”.

No entanto, a proposta apresentada carece da clarificação dos seguintes aspectos:

- a) “O texto das medidas preventivas ganharia em clareza se fossem indicados no n.º3 do artigo 3º os artigos do PDM que são objecto da suspensão;
- b) Clarificar a fundamentação da demonstração da observância do n.º2 do artigo 139 do RJIGT”

3- Também em Novembro de 2015, a Direcção Geral do Património Cultural emitiu parecer favorável ao estabelecimento de medidas preventivas para a área envolvente do Museu Nacional de Arte Antiga;

4- Na mesma data, o Parecer Técnico de Arqueologia da Direcção Geral do Património Cultural emitiu parecer favorável condicionado ao estabelecimento de medidas preventivas para a área envolvente do Museu Nacional de Arte Antiga, referindo que:

- a) “propõe-se a emissão de parecer favorável às medidas preventivas propostas, condicionado a que nas excepções previstas fiquem contempladas as determinações estipuladas no artigo 33.º do Regulamento do PDM para o zonamento de Nível III, das Áreas de Valor Arqueológico”.

5 – Em Conferência procedimental realizada no dia 18 de novembro de 2015 a CML esclareceu que:

- a) “não se trata da suspensão do PDML, mas apenas da proibição das acções referidas no n.º4 do artigo 134º do RJIGT, sendo que todas as outras mantêm o enquadramento no PDML em vigor e, assim, o n.º2 do artigo 126 RJIGT não têm aplicação neste procedimento;

- b) A redacção do parágrafo do relatório de fundamentação será reformulada no sentido da sua clarificação”.

6 – A CML explicitou ainda as suas opções, esclarecendo que “não se trata de modificar o conteúdo normativo de um plano, mas apenas da adopção de medidas preventivas, e que consistem na proibição de acções previstas no artigo 134, n.º4 do RJIGT (operações de loteamento, obras de construção, alteração, ampliação ou reconstrução)”, tendo considerado justificadas as questões levantadas pelas entidades acima referenciadas.

III – Conclusões e Recomendações

1 – Entende-se que esta proposta é consensual e vem na sequência de pretensões já anteriormente formuladas pelo Museu Nacional de Arte Antiga, com vista à sua ampliação. Entende que toda a área envolvente irá beneficiar com esta intervenção, e que as medidas preventivas propostas estão plenamente justificadas.

2 – Recomenda-se, contudo, à CML que dê conhecimento formal das respostas às questões levantadas pelas entidades acima referenciadas. Apesar de constarem de uma informação interna e tendo sido certamente explicitadas na Conferência Procedimental de 6 de novembro de 2015, estas entidades deveriam ser oficialmente informadas.

A proposta está em condições de ser apreciada e votada pela Assembleia Municipal de Lisboa, reservando as forças políticas as suas posições para o debate que irá aí ocorrer.

Lisboa, 27 de janeiro de 2015

A Deputada Municipal

(Margarida Saavedra)

A Presidente em Exercício

(Margarida Saavedra)